

**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS  
SETOR DE CONCURSOS**

**24º CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA CARREIRA  
DE PROMOTOR DE JUSTIÇA ADJUNTO DO MPDFT**

**PROVA DISCURSIVA - 2ª ETAPA**

**GRUPO III - DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO ADMINISTRATIVO**

Esta prova compõe-se de cinco questões com as respectivas pontuações. As respostas serão avaliadas em razão dos seus fundamentos, do uso correto da língua portuguesa, da linguagem jurídica adequada, da clareza e objetividade na exposição das idéias.

**PRIMEIRA PARTE**

**1ª QUESTÃO : dissertação (40 pontos)**

**"O SIGILO DAS COMUNICAÇÕES TELEFÔNICAS À LUZ DA CONSTITUIÇÃO"**

os seguintes tópicos, sem necessidade de observância da ordem enunciada:

considerações sobre a garantia constitucional e seu âmbito de proteção: interceptação telefônica, gravação clandestina, requisição de dados sobre comunicações telefônicas pretéritas, comunicações em sistemas de informática e telemática.

evolução da proteção jurídica do sigilo telefônico: regime anterior à Constituição de 1988 e regime sob a Constituição de 1988, antes e depois da Lei nº 9.296/96; reserva de jurisdição e inquéritos parlamentares, policiais ou administrativos; requisitos formais e substanciais da autorização judicial em caso de investigação criminal ou instrução processual penal.

a gravação obtida por meios ilícitos na doutrina e jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: conseqüências; questão das provas derivadas (*fruits of the poisonous tree*); remédios processuais contra a quebra do sigilo telefônico.

**SEGUNDA PARTE (total: 60 pontos)**

**QUESTÃO: (20 pontos)**

Em que consiste e que eficácia possui a "*interpretação conforme a Constituição*" no sistema brasileiro de controle concentrado de constitucionalidade das leis ?

**3ª QUESTÃO (20 pontos)**

Considere a hipótese de dois parlamentares, um federal e outro distrital, depois da respectiva diplomação, em co-autoria, praticarem delito inafiançável contra o patrimônio público, vindo o deputado federal, já no curso do processo penal, a perder seu mandato por ter sido seu procedimento considerado incompatível com o decoro parlamentar.

Com fundamento nas imunidades e prerrogativas constitucionais dos membros do Poder Legislativo, analise, sucintamente, aspectos relacionados à prisão, investigação e processo penal de cada um dos parlamentares.

**4ª QUESTÃO (10 pontos)**

Em que consiste o princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado?

**5ª QUESTÃO (10 pontos)**

Em que consiste o princípio da responsabilidade do Estado por atos administrativos?